



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00000642/2024-41

**Assunto:** Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº 52243245128

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Segurança Pública - SSP

**UNIDADE:** Polícia Civil do Estado de São Paulo

**EMENTA:** Pedido de acesso a documentação encaminhada pelo 83ºDP para a Delegacia de Caieiras, contendo Boletim de Ocorrência SPJ nº AF6349/2021, de violação de dispositivos eletrônicos, acompanhado de Termo de Declarações e, Representação Criminal, Laudo pericial, Autorização para extração de dados da Estação Radio Base (ERB) e outros documentos pertinentes, entre eles, documentos instrutórios e outros entregues pelo requerente para a autoridade policial no 83 DP em São Paulo. Razões de recusa indicadas. Provimento negado.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00086/2024**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que não é atribuição do SIC receber solicitações de providências, de orientações, de reclamações ou denúncias sobre casos concretos no que tange a assuntos atrelados a investigações em andamento e orientou o requerente a comparecer pessoalmente na Delegacia de Polícia de Caieiras, unidade policial que teria recebido os documentos para narrar o solicitado à autoridade policial responsável. Insatisfeito o solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20, do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023.
3. Diante da análise das informações prestadas verificou-se a necessidade de interlocução e em resposta o órgão informou que os documentos solicitados instruem os autos de processo que tramita no Tribunal de Justiça e que a autoridade policial judiciária não mais participa da tramitação dos autos e fundamentou a negativa de acesso em legislação específica:

4. *"(...) esclarecemos que, com fundamento no CPP, art. 20, o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade é assegurado no inquérito policial.*

*Conforme se verifica, o boletim de ocorrência AF6xxx/2021, assim como todos os documentos referidos pelo cidadão xxxxxxxxxxxxxxxx, instruem os autos do processo CNJ xxxxxxxxxxxxxxxx, eletrônico, no qual ele se encontra representado por advogado que, por sua vez, tem acesso a todo conteúdo.*

*Não é possível garantir acesso ao inquérito policial por meio do SIC, uma vez que além das informações pessoais, sensíveis nos termos da Lei 13709/2018, art. 5º, I e II, há imagens de conteúdo sexual, o que exige maior cautela quanto ao sigilo e respeito aos direitos constitucionais de todos os envolvidos.*

*Além disso, uma vez que o inquérito policial findou com a apresentação do relatório final, em 31 de janeiro de 2024, a autoridade policial judiciária não mais participa da tramitação dos autos. Assim, nos termos da súmula vinculante 14 do STF, desde que devidamente representado, o cidadão pode ter acesso às informações almejadas por simples consulta ao processo acima referenciado (Decreto Estadual 68.155/2023, art. 5º, I), disponível por meio eletrônico no site do Tribunal de Justiça."*

5. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão justificou adequadamente a negativa de acesso, uma vez que a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), garante o acesso a qualquer informação pública produzida ou sob guarda dos órgãos e entidades da Administração Pública, desde que ela não se encontre protegida por salvaguardas legais previstas em normas específicas e o inquérito policial é um procedimento que está submetido à sistemática do Código de Processo Penal:
6. **"Artigo 20** - A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade."
7. Com relação aos inquéritos já finalizados, é importante destacar que, de acordo com o texto da Súmula Vinculante nº 14, mencionada pelo órgão, o sigilo do inquérito policial perdura depois de finalizados os procedimentos investigatórios, podendo ser disponibilizado apenas ao investigado e ao seu representante, para exercício do direito de defesa:
8. **STF - Súmula Vinculante nº 14** - É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
9. Nesse sentido, vale ainda destacar, que a LAI garante ao cidadão o exercício constitucional de acesso às informações, mas não impede o Estado, enquanto Polícia Investigativa e ou Poder Judiciário, de preservar informações que integram o inquérito policial com o objetivo de proteger a intimidade e a honra do investigado, podendo-se conceder acesso somente ao investigado e aos seus representantes.
10. Ademais , importante ainda ressaltar que o órgão declarou durante as interlocuções, conforme manifestação transcrita no item 4 desta decisão, que no processo judicial no qual o requerente encontra-se representado por advogado constam "o boletim de ocorrência AF6xxx/2021, assim como todos os documentos referidos pelo cidadão", sendo a alegação do órgão revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente da aplicação dos princípios da boa fé e da fé pública.
11. Desta forma, considerando que o órgão indicou as razões da negativa de acesso à informação, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigos 11, II, e 22, da Lei nº 12.527/2011 e nos artigos 14, II, e 26, I, do Decreto 68.155/2023.
12. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 30 de abril de 2024.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 30/04/2024, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0026508521** e o código CRC **BFA49DF5**.